

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



ATA N° 1/2015

(da sessão ordinária de 27 de abril de 2015)



ATA N.º 01/2015

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no auditório da Freguesia, em Santa Catarina da Serra, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça.

Estiveram presentes os membros da Assembleia: Armando Dias Brás, Armando Primitivo Constantino, Ivone Inácio Oliveira, Joaquim Pinheiro Lains de Oliveira, José Augusto Filipe da Costa Santos, Milene Rosa Ribeiro, Nuno Manuel dos Santos Pereira, Patrícia Alexandra Vieira Gonçalves e David Pereira das Neves.

Por parte da Junta de Freguesia estiveram presentes o Sr. Presidente da Junta, José Artur das Neves Ferreira, o Tesoureiro, Sérgio Rito Vieira e o Secretário, Manuel Fernando de Oliveira Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo senhor José Augusto Filipe da Costa Santos, Presidente da Assembleia de Freguesia, e secretariada pelas senhoras, Ivone Inácio Oliveira 1.ª Secretária da Mesa, e por Milene Rosa Ribeiro, 2.ª Secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo Presidente declarada aberta a sessão eram 21:10 horas, com a seguinte **Ordem do Dia:**

- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária do dia 12 de dezembro de 2014.**
- 2. Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia.**
Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. Prestação de contas da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça relativas ao ano de 2014 – Apreciação e votação nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**
- 4. Loteamento da Fazarga – Análise do ponto de situação e perspetivas futuras.**

O **Presidente da Assembleia** iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes. De seguida informou da substituição do membro da assembleia Jaqueline Neto das Neves, que justificou a sua ausência, pelo membro David Pereira das Neves. Tratando-se da ausência da segunda secretária da mesa, chamou para completar a mesa e ocupar as funções de segunda secretária a senhora Milene Rosa Ribeiro.

Passando de seguida para o período de antes da ordem do dia, os chamados pontos prévios da sessão:

1º PONTO PRÉVIO - Aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2014.

2º PONTO PRÉVIO - Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia - *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1º PONTO PRÉVIO - Aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2014.

O Presidente da Assembleia esclareceu que, por lapso, a convocatória referia no ponto um Aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2015, quando deveria referir, Aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2014. Questionou se algum dos membros presentes queria tecer algumas considerações à ata número cinco de dois mil e catorze, da sessão de doze de dezembro de dois mil e catorze, previamente remetida pelo que foi dispensada a sua leitura. Não havendo pedidos de intervenção, colocou a ata a votação, que foi **aprovada por unanimidade**.

2º PONTO PRÉVIO – Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia. - *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*

Apesar do presidente da junta ter entregado o relatório à assembleia, o Presidente da Assembleia passou-lhe a palavra, para que pudesse tecer mais algumas considerações adicionais sobre a atividade e situação financeira da freguesia.

O **Presidente da Junta**, Sr. José Artur Ferreira, começou por cumprimentar os presentes, e justificou a sua intervenção para explicar ao público presente, que não recebe o documento, a atividade que a junta de freguesia desenvolveu desde a última assembleia de freguesia, até à presente data.

Assim, no campo da **Educação: Escolas e Jardins de Infância**, disse que mantiveram a preocupação em fazer a manutenção dos jardins-de-infância e das escolas do primeiro ciclo e que tem participado nas reuniões do Conselho geral das Escolas; Relativamente à **Cultura, Desporto e Associativismo** apoiaram com a cedência das carrinhas às Associações da freguesia, sempre que o solicitaram e realizaram sessões de Internet para todas as pessoas, possibilitando que os desempregados ou pessoas com idade avançada pudessem participar naquele projeto, entre outras atividades; Quanto à **Proteção Civil, Segurança e Ambiente**, procuraram identificar situações que ponham em causa o ambiente, nomeadamente, descargas de lixos e a colocação de lixos nos dois contentores destinados a monstros existentes na freguesia; No que respeita ao **Apoio à População**, o executivo fez atendimento à população tendo registado dezenas de atendimentos; Quanto à **Requalificação de Espaços Verdes e Desenvolvimento da Freguesia**, acompanharam as obras de saneamento; fizeram o acompanhamento, a gestão e a manutenção da Feira da Loureira, do aterro da Loureira e dos cemitérios da freguesia; procederam à limpeza de bermas, valetas e outros espaços públicos; colocaram herbicida em valetas; colaboraram com a população da Loureira na requalificação de caminhos por altura do dia de Carnaval (este ano foi requalificado um caminho que vai do túnel da autoestrada ao limite da freguesia com São Mamede, na zona da Lagoa do Boi); com a colaboração dos particulares procederam ao alargamento, reposição de muros e colocação de tout-



venant, na Rua Central, no Sobral, para que a empresa Cimalha possa alcatroar; no baldio do Ulmeiro disse que fizeram uma intervenção digna de ser vista, porque para além de terem podado as oliveiras fizeram a limpeza do terreno e pretendem colocar herbicida; efetuaram pavimentação em vários locais na Loureira, em Santa Catarina da Serra, no Pedrome, no Ulmeiro e na Chainça; continuaram a tarefa de "tapa-buracos" em outras ruas da freguesia; procederam à colocação de uma nova imagem no Nicho da Bemposta assim como um novo arranjo e embelezamento do nicho, com a colaboração de alguns particulares. Relativamente à situação financeira da Freguesia disse que à data de trinta e um de março de dois mil e quinze as receitas cobradas totalizavam o valor arredondado de oitenta e dois mil euros (€82.000,00) e as despesas liquidadas o valor arredondado de noventa e três mil euros (€93.000,00) e que a tesouraria à data de quinze de abril apresentava na Caixa Geral de Depósitos o valor arredondado de sessenta e três mil euros (€63.000,00) e na Caixa de Crédito de Leiria o valor arredondado de três mil euros (€3.000,00), totalizando o valor de sessenta e seis mil euros arredondados.

De seguida o **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação da assembleia o relatório apresentado assim como eventuais pedidos de esclarecimento adicionais, que os membros da assembleia pretendessem formular à junta de freguesia.

Usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro**, que começou por cumprimentar os presentes e perguntar: se houve algum desenvolvimento nos processos pendentes relativos ao IC9; Qual a visão global e estratégia da junta em relação às escolas, e o que tem sido feito para assegurar que as escolas que são do interesse para a freguesia fiquem para a freguesia, referindo as escolas da Loureira, da Quinta da Sardinha e do Sobral; qual a estratégia, o planeamento a visão e as coisas macro mais importantes para a freguesia, uma vez que, no seu entender, o relatório não as refere; questionou ainda relativamente ao ponto onze da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal do dia trinta de abril, se a União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça estava contemplada com um Espaço Cidadão; no que respeita ao Casal da Fartaria, qual o ponto de situação do processo Teresa Pera, que está relacionado com as candidaturas ao PRODER; o que se passa com o saneamento que, no seu entender, já devia estar concluído; quanto ao PDM, se a junta tinha intenção de apresentar à Assembleia de Freguesia a proposta que enviou para a Câmara Municipal de Leiria. Relativamente ao relatório de atividades apresentado, no que respeita à Educação, Escolas e Jardins de Infância, disse que gostaria de ter ouvido falar sobre a Escola da Quinta da Sardinha, que na última Assembleia perguntou a que projeto a Junta se referia para aquele equipamento, gostaria também que o relatório fizesse referência ao Centro Educativo, uma vez que existe na Autarquia um dossier em curso; quanto à Cultura Desporto e Associativismo perguntou quais os projetos da Freguesia, uma vez que no seu entender, os apresentados no relatório, tinham relação com anteriores executivos e que o da internet é um projeto da ADLEI, para todas as freguesias do concelho; quanto à Proteção Civil, Segurança e Ambiente, disse: "*acompanhamento dos lixos é pouco*" e que tem pena que as grandes campanhas de sensibilização e mobilização da limpeza da Serra tenham acabado; relativamente à Requalificação de Espaço e Desenvolvimento da Freguesia disse que o apresentado,



"é pouco"; trata-se apenas de acompanhamento, e o que gostaria de ver apresentado era o que o executivo está a projetar.

De seguida usou da palavra o membro **Patrícia Gonçalves** que cumprimentou os presentes perguntando de seguida ao executivo quais eram as prioridades da freguesia relativamente à colocação de betuminoso em algumas vias da freguesia e se as mesmas têm como objetivo o bem comum e as necessidades dos cidadãos, porque no seu entender, algumas vias intervencionadas não eram prioritárias, dando como exemplo a rua dos poços, que liga a Quinta da Sardinha à Voltel, comparada à rua dos peregrinos de Fátima que liga a Feira à Fazarga, que no seu entender carece de um maior cuidado.

De seguida usou da palavra o membro **Nuno Pereira** que cumprimentou os presentes e referiu-se ao relatório, dizendo que, mais uma vez, era repetitivo e com pouco interesse e que o mesmo devia conter informação mais interessante e melhor para a freguesia; disse que as obras que estão no relatório dizem apenas respeito a pavimentação e são da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria; perguntou qual era o ponto da situação dos processos da estrada que liga os Cardosos à Bemposta (limite da freguesia com Fátima), da estrada da Quinta da Sardinha para Loureira e dos semáforos no corte de Pedrome para a Magueigia; quanto à área social perguntou quais os projetos que a junta tem para a freguesia e o que está ser feito; relativamente aos terrenos junto à Associação da Loureira, perguntou qual era o ponto de situação e se já tinha sido adquirido algum; por fim e relativamente ao aterro da Loureira disse que as empresas que lá colocam resíduos deveriam ser obrigadas a limpar a via pública após as descargas.

De seguida o **Presidente da Assembleia** perguntou se mais alguém queria intervir, não havendo interessados, passou a palavra ao executivo para responder às questões apresentadas.

Usou da palavra o **Secretário da Junta**, senhor Manuel Gonçalves, que cumprimentou os presentes e relativamente às questões apresentadas, disse que, relativamente às obras do IC9 que a rotunda tinha sido acabada em dezembro e que os restantes processos estão a ser tratados entre a LOC e a Câmara Municipal de Leiria e que, no seu entender, ainda vão levar algum tempo a ser resolvidos, não descartando a necessidade de a junta ter de efetuar outro tipo de "pressing" para que a obra seja concluída e entregue ao estado Português; relativamente ao Casal da Fartaria disse que era um processo que tinha em mãos e que se encontrava em análise, que o mesmo carecia de um estudo mais profundo por forma a beneficiar o Vale Tacão, o Casal da Fartaria e os proprietários que confinam com a futura via. Disse ainda que era um projeto de 2006, estava em "standby", mas não estava esquecido e que para este executivo o realizar é preciso dinheiro; relativamente à questão apresentada pelo membro Patrícia sobre a rua do Peregrino, disse que era uma rua com alguns troços relativamente estreitos, com bastantes dificuldades em ser alargada devido às construções existentes e que se comprometia a tapar os buracos e fazer a sua manutenção sempre que fosse necessário; relativamente à estrada municipal 357, que liga Quinta da Sardinha a Fátima, referiu que necessita de uma reparação desde a abertura do IC9, que não foi feita devido ao constrangimento financeiro da Câmara Municipal de Leiria, que nas próximas semanas irá ser alvo de uma intervenção por forma a "remendar" as zonas mais problemáticas e que a sua reparação está prevista para 2017, aquando da



visita do Papa a Fátima; quanto ao projeto que se encontra na Câmara para a EM 593, que liga os Cardosos à Bemposta, disse que estava parado, que tardava em sair da gaveta e que não têm obtido qualquer justificação da Câmara para esta situação; relativamente aos semáforos da Magueigia disse que se dirigiu à Câmara para fazer o ponto de situação e foi informado que alguns anos atrás tinha entrado um processo que foi suspenso e que neste momento não existia nenhum processo para aquele local; relativamente aos terrenos junto à Associação da Loureira disse que já tinham efetuado contactos com alguns proprietários dos terrenos, e que, face às condições impostas, achava que seria muito difícil negociar, uma vez que cada proprietário quer em troca um terreno com as mesmas dimensões na Fazarga, tornando o negócio difícil de concretizar; relativamente à via que dá cesso à feira, informou que a Mota-Engil efetuou naquela zona uma grande descarga de terras, mas não limpou a estrada conforme se tinha comprometido com a junta de freguesia e que iam proceder à sua limpeza, caso fosse necessário, para a realização da feira.

De seguida usou da palavra o **Presidente da Junta** de freguesia, senhor José Artur para esclarecer mais algumas questões apresentadas, começando por informar que relativamente às escolas desativadas na freguesia, a Câmara Municipal de Leiria teima em levar a hasta pública a venda destas escolas, justificando este procedimento com a Lei vigente e que a junta só as poderá adquirir em hasta pública, em pé de igualdade com outros interessados; quanto à rede social, disse que ainda não tinha sido posto em prática o que pretendiam para a freguesia e que ao abrigo do programa de estágios na administração local (PEPAL), iriam contratar uma estagiária da área que iria dar uma ajuda importante na rede social da freguesia; quanto à proposta da junta para a revisão do PDM, disse que se tinha esquecido de a divulgar e prometeu colocá-la na página da internet da junta e na próxima edição do Jornal Luz da Serra; relativamente ao saneamento disse que tem passado muitas horas a acompanhar os trabalhos, que a empresa CIMALHA, que está a executar os trabalhos, tem muitas dificuldades e limitações, promete fazer aquilo que lhe é pedido mas vai sempre adiando. Acerca deste assunto disse ainda que, a população de Sobral e Vale Tação têm sido impacientes porque ainda não tinha sido asfaltada a vala que foi aberta para passar o saneamento há quase um ano, disse ainda que a empreitada ainda não acabou, é uma obra de grande envergadura, foram surgindo alguns imprevistos e que as condições atmosféricas também tiveram alguma interferência.

De seguida o **Presidente da Assembleia** perguntou aos membros da assembleia se estavam esclarecidos ou se mais alguém queria intervir, usando da palavra o membro **Joaquim Pinheiro** para dizer que o executivo respondia às questões apresentadas de forma superficial e se esquecem do "fundo" dando como exemplo a pergunta que fez sobre o IC9. Disse que a pergunta que fez acerca do IC9 foi: "qual o ponto de situação do que estava em curso quando nós saímos" e que na página cinco, no ponto nove do relatório que deixaram, estavam relativamente ao IC9 identificados os processos e pontos regularizados e por regularizar. Que por regularizar estavam as barreiras acústicas no Pedrome, o nó de ligação à A1, a reabilitação da estrada municipal 357 na Quinta da Sardinha e que o que queria saber era se a junta considera estes pontos importantes, e se os considera importantes o que fez para os defender. Disse que a leitura que fez da intervenção do executivo foi que nada foi feito para defender aqueles pontos e que era importante que o tivessem feito; disse ainda que, como



deputado, considera uma falta de respeito ter que ler no jornal Luz da Serra a proposta de alteração do PDM que a junta elaborou e enviou para a Câmara Municipal de Leiria (CML). Terminou dizendo que relativamente ao Casal da Fartaria/processo Teresa Pera, que houve uma candidatura ao PRODER que foi aprovada e que previa o alargamento de um caminho e que não foi possível a sua concretização no seu mandato porque um proprietário não deixou, e que o que pretendia saber era se já foi alargado ou não.

Usou de seguida da palavra o membro **Nuno Pereira**, para dizer que relativamente ao património o senhor presidente da junta tinha dito que a junta iria entrar em pé de igualdade com outros interessados na aquisição das escolas, no entanto, gostaria de saber qual a posição da junta relativamente aquele património, perguntando se era para vender a terceiros ou se ia exercer algum direito de preferência sobre a venda das escolas.

O **Presidente da Assembleia** questionou de seguida o executivo, se pretendia dar algum esclarecimento adicional às questões apresentadas.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta**, senhor José Artur para dizer, relativamente às escolas, que não é missão de uma junta comprar escolas, no entanto, era uma questão a ponderar e a estudar. Sobre este assunto disse também que ainda não foi aprovado em Assembleia Municipal a venda das escolas e que é intenção do executivo camarário atribuir cinquenta por cento do valor da venda às freguesias, logo, se a junta comprar alguma escola recebe da CML metade do valor investido.

De seguida o **Presidente da Assembleia** perguntou se estavam presentes na sala representantes das Associações da Freguesia, que quisessem intervir, naquele período que lhes estava destinado, conforme está previsto no Regimento.

Não havendo inscrições de representantes das Associações, deu início aos trabalhos de análise, discussão e votação dos pontos constantes da ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3. Prestação de contas da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça relativas ao ano de 2014 – *Apreciação e votação nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.*

O **Presidente da Assembleia** iniciou a ordem de trabalhos perguntando à junta de freguesia se pretendia fazer alguns esclarecimentos adicionais à proposta apresentada.

O **Tesoureiro da Junta**, Sr. Sérgio Vieira, começou por cumprimentar os presentes, e iniciou a sua intervenção dizendo que, quanto ao controlo orçamental da despesa, iria apresentar os pontos mais relevantes, com valores arredondados. Referiu as despesas com pessoal, no valor de cinquenta e seis mil euros (€56.000,00); com o executivo, oito mil e seiscentos euros (€8.600,00), com a Assembleia, seiscentos euros (€600,00); com as duas funcionárias, vinte e dois mil euros (€22.000,00); com os quatro CEI's, quatro mil euros (€4.000,00); gasóleo, cinco mil euros (€5.000,00) (aumentou o valor



porque existem mais duas viaturas e mais CEI's); despesas com a alimentação das crianças da Chainça, dezasseis mil euros (€16.000,00); conservação e reparação de viaturas, dois mil e trezentos euros (€2.300,00); conservação do jardim-de-infância da Pinheiria, onze mil euros (€11.000,00); passeio sénior, dois mil e setecentos euros (€2.700,00) (referente a despesas com os autocarros) outros estudos e pareceres, oito mil euros (€8.000,00) (foi incluído nesta rubrica a despesa de cinco mil euros (€5.000,00) proveniente da ação, providência cautelar, interposta pela anterior Junta de Freguesia da Chainça contra a agregação das freguesias, e ainda mil euros (€1.000,00) referente a uma penhora que existia contra a Associação da Chainça e que a junta teve que reclamar para evitar que o terreno, propriedade da freguesia, fosse vendido em hasta pública); abertura de covatos, três mil e trezentos euros (€3.300,00); donativos, onze mil e quinhentos euros (€11.500,00) (destinado à FORSERRA, Rancho folclórico de S. Guilherme e outras associações); colocação de capoto e alumínio na sede da junta de freguesia, trinta e um mil e quinhentos euros (€31.500,00); centro de saúde, catorze mil euros (€14.000,00), arruamentos e viadutos, cem mil euros (€100.000,00); limpeza de matas, vinte e nove mil e quinhentos euros (€29.500,00); sinalização com espelhos e outros sinais, mil euros (€1.000,00); pintura de cemitério, dois mil e oitocentos euros (€2.800,00); arranjo de fontenários e lavadouros, dois mil e quinhentos euros (€2.500,00); software informático, dois mil e seiscentos euros (€2.600,00) (aquisição de um computador e um sistema de cópias de segurança); corte de matos, último PRODER, dois mil e setecentos euros (€2.700,00); agenda cultural distribuída por altura do festival do chicharo, mil e quinhentos euros (€1.500,00); reparação do Nicho na Bemposta, dois mil e setecentos euros (€2.700,00) e apoio ao jornal Luz da Serra, quinhentos euros (€500,00). Relativamente às receitas elencou, IMI, onze mil euros (€11.000,00) (valor aumentou porque as juntas passaram a receber cem por cento do valor cobrado com os prédios rústicos e um por cento dos prédios urbanos e nos anos anteriores apenas recebiam cinquenta por cento do IMI recebido dos prédios rústicos); apresentações quinzenais, dois mil e duzentos euros (€2.200,00); protocolos e acordos de execução com a câmara municipal de Leiria (CML), sessenta e dois mil euros (€62.000,00) para manutenção de espaços verdes, vinte mil euros (€20.000,00) para as escolas, sessenta mil euros (€60.000,00) para contrato interadministrativo para conservação de vias, dez mil e oitocentos euros (€10.800,00) para a alimentação das crianças da escola da Chainça, outras receitas correntes, nove mil euros (€9.000,00) (inclui oito mil euros (€8.000,00) que a junta passou a receber da CML, desde dois mil e catorze, para apoio à gestão e mil euros (€1.000,00) das mesas das eleições); vendas do livro da freguesia, dois mil e quatrocentos euros (€2.400,00); escola da Chainça, quatro mil e seiscentos euros (€4.600,00) (diz respeito à comparticipação que os pais pagam com a alimentação e o prolongamento); abertura de covatos, oito mil e oitocentos euros (€8.800,00); terrenos para jazigos, oito mil e quinhentos (€8.500,00); casa mortuária, oitocentos euros (€800,00); protocolo com os CTT, sete mil euros (€7.000,00); outras receitas, seis mil e cem euros (€ 6.100,00), inclui uma verba de quatro mil euros (€4.000,00) que diz respeito a uma indemnização do seguro referente a um acidente que houve no nicho e os restantes a créditos da provêm da EDP, SMAS e de um posto de alta tensão); transferências do PRODER, trinta e cinco mil e novecentos euros



(€35.900,00); outras receitas, vinte e oito mil e seiscentos euros (€ 28.6000,00) (dezasseis mil (€16.000,00) da FORESCOLAS relacionados com a escola da Pinheiria e o restante são donativos).

De seguida o **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação dos membros da assembleia a documentação referente à prestação de contas.

Usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro** que começou por se referir à intervenção do presidente da junta, relativamente às questões apresentadas no 2º ponto prévio comentando as expressões utilizadas nos esclarecimentos dados pelo executivo como "*o empreiteiro faz o que pode*" dizendo antigamente não era assim, "*se tiverem dúvidas falem com o vereador ou com o presidente*" dizendo que em honra e respeito à dignidade do cargo que ocupa os assuntos da freguesia trata-os com o presidente da junta e ainda "*não há verba*" dizendo que se calhar há verba a mais para projetos a menos. Referiu-se ainda à penhora na Chainça no valor de oito mil euros dizendo que tem pena que o executivo não tenha já partilhado, em anteriores assembleias este assunto. Pediu também que fosse harmonizada para toda a freguesia as questões escolares uma vez que a escola da Chainça tem um "*regime diferente*", e assim evitar que quem não conheça o assunto, ao ouvir falar apenas na escola da Chainça, pense que se gasta mais nela do que nas outras quando, na realidade os gastos são os mesmos; quanto às contas disse, que se iam abster e não votavam contra porque muito do dinheiro que ali estava a ser movimentado foi dinheiro que o seu executivo deixou para projetos que estão em curso e que não iriam votar contra eles. Disse também, depois de enunciar algumas atividades desenvolvidas pela junta, desde a última assembleia, e que constam do relatório, que a freguesia hibernou e que tinha falta de visão estratégica e planeamento; quanto às contas propriamente ditas começou por se referir à rubrica seis da receita, transferências correntes, dizendo que existia uma imprecisão, não eram duzentos e noventa e seis ponto setenta por cento (296.70%) mas cem ponto noventa e oito por cento (100.98%); disse também que a junta não se pode queixar de falta de dinheiro porque, por exemplo na rubrica 0605010105 tinham previsto receber quinhentos euros (€500.00) e receberam dez mil euros (€10.000,00), que em relação à venda de terrenos no cemitério cobraram cento e vinte e quatro por cento (124%) do previsto, logo, quanto à execução orçamental o executivo da junta não se podia queixar porque, segundo a sua opinião "*o dinheiro está a chegar*", faltando no seu entender, apenas planeamento, visão estratégica e algum arrojo; quanto à despesa referiu que quinhentos euros (€500.00) por mês em gásóleo, parecia-lhe muito; na rubrica seguros a verba gasta foi menos de metade do previsto, perguntou se houve algum seguro que expirou e se esqueceram do ativar ou se renegociaram os seguros existentes e se o fizeram, fizeram bem; outros estudos, pareceres, projetos e consultadoria, oito mil euros (€8.000,00) disse que este valor explica, no seu entender, porque tem pedido que tragam para todas as assembleias uma lista de contencioso ou processos com final incerto e lista de dívidas a fornecedores; disse que achava exagerado o valor de seis mil quinhentos e setenta e quatro euros (€6.574,00) para a requalificação de baldios e perguntou onde foi gasto; construções diversas, cento e quarenta e um mil e quinhentos euros (€141.500,00) disse que esta rubrica é um escape que dá para tudo, para que a junta aplique e invista onde quer, pelo que, pediu que na elaboração do próximo orçamento houvesse mais cuidado em relação ao valor que é colocado nesta rubrica, que no seu entender é elevado; disse que o valor



de dois mil oitocentos e catorze euros (€2.814,00) gastos na pintura do cemitério deveria ser tratado como conservação porque não houve nenhuma construção nova; sobre a verba gasta com fontanários e lavadouros disse que antigamente se fazia muito mais com a envolvimento popular e que tinha sido gasto muito dinheiro com as obras que pensa serem de reabilitação de património público, pelo que, aconselhou que se envolva a população neste tipo de atividades; disse também que apesar da junta de freguesia ter tido uma grande arrecadação de receita, apenas executou doze por cento (12%) do Plano Plurianual de Investimento (PPI); finalizou dizendo *"que com quase quinhentos mil euros a junta não fez uma obra sua, pior, não planeou"*, disse ainda que a junta passou a ter o triplo das receitas de IMI, arrecadou mais do que previa e que o problema não foi falta de dinheiro mas, foi falta de *"balanceamento estratégico"*. Voltou a referir que não votava contra porque muita da execução orçamental dizia respeito a projetos que transitaram do seu mandato e que não podia aprovar contas que pagaram obras com as quais não concordava, como quando se colocou alcatrão sobre alcatrão, na Magueigia, o que lá estava ainda estava bom e quando se deu ao empreiteiro do saneamento *"passadeira verde"* para não ter mais responsabilidade sobre a obra. Disse que a junta podia ter tido outras opções, podiam ter feito passeios e alargamentos em Santa Catarina, só que isso dá muito trabalho e que foram pelo caminho mais fácil, que foi espalhar alcatrão em cima de alcatrão; terminou frisando que o principal motivo que o leva a não aprovar as contas é a falta de informação sobre dívidas a fornecedores e processos em contencioso com desfecho incerto que tem pedido em todas as assembleias, ficando a junta com o ónus de pouca transparência para com os membros da assembleia, logo para com a população.

De seguida o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao executivo para responder às dúvidas e questões apresentadas.

Usou da palavra o **Tesoureiro**, senhor Sérgio Vieira para dizer que a verba gasta nos seguros baixou porque optaram por um pacote de seguros frota e que em relação ao gasóleo, à verba apresentada tem que ser descontado o valor que as associações da freguesia vão ter que pagar, já que, as associações não têm que abastecer as viaturas da junta quando as utilizam, pagando em função dos quilómetros que fizerem, uma ou duas vezes por ano.

Usou também da palavra o **Secretário da junta**, senhor Manuel Gonçalves para dizer que relativamente à execução orçamental, que o total de receitas liquidadas em dois mil e catorze foi de trezentos e setenta e cinco mil euros (€375.000,00), valor arredondado, com uma taxa de execução de oitenta e dois por cento (82%) e que relativamente às despesas, um total de trezentos e trinta e dois mil euros (€332.000,00), representando uma taxa de execução de setenta e dois por cento (72%), transitando um saldo de setenta e dois mil euros (€72.000,00). Referiu ainda, que como se podia verificar não estavam envolvidas verbas de quinhentos mil euros (€500.000,00€), pois, ainda que tivessem atingido os cem por cento de execução orçamental na receita o valor era de quatrocentos e cinquenta mil (€450.000,00).

De seguida usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para fazer uma correção ao valor de doze por cento (12%), apresentado pelo membro Joaquim Pinheiro para a execução do Plano Plurianual de



Investimentos, dizendo que foi de sessenta e três por cento (63%), perguntando de seguida se mais alguém queria usar da palavra.

O **Presidente da Junta** de freguesia senhor José Artur interveio começando por referir tinha sido dito naquela assembleia que *"puseram alcatrão sobre alcatrão porque era a via mais fácil em vez de fazerem alargamentos que dá trabalho"*, dizendo que *"até parece que não fizemos nenhum alagamento"* e que *"está à vista de todos o que esta junta tem feito: quem quiser ver, vê, quem não quiser ver, nunca vê"*. Disse aos deputados da oposição que foram feitas obras de grande envergadura na rua que atravessa o Vale das Namoradas, na rua que atravessa o Vale da Pedras, na Rua Central do Sobral e na Rua da Barrada de Cima na Chainça. Aconselhou-os a falar com os moradores das ruas onde disseram que foi colocado alcatrão em cima de alcatrão para saberem se os moradores têm a mesma opinião que eles. Alertou também que *"ter uma União de Freguesias, reunindo Santa Catarina da Serra e Chainça, não é a mesma coisa que ter só a freguesia de Santa Catarina da Serra, como o anterior executivo estava habituado a ter. Agora um só executivo tem de fazer o mesmo que faziam dois executivos para o mesmo território, o que obriga a dar mais ao dedo"*. Para concluir disse que o executivo a que preside tem dado muito à junta de freguesia, nomeadamente o secretário e o presidente, que têm estado a tempo inteiro. Terminou reafirmando mais uma vez *"só vê obra feita quem quer ver, quem não quer ver nunca vê nada"*.

De seguida o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a prestação de contas da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça relativas ao ano de 2014, tendo sido aprovadas com três (3) abstenções e seis (6) votos a favor.

4. Loteamento da Fazarga – Análise do ponto de situação e perspetivas futuras.

Passando ao ponto número quatro o **Presidente da Assembleia**, passou a palavra ao executivo para dar alguns esclarecimentos adicionais acerca do loteamento da Fazarga.

Usou da palavra o **Secretário da junta** senhor Manuel Gonçalves para informar que no início do mês de abril foi feita uma vistoria aos trabalhos realizados pelo empreiteiro para efeitos de receção definitiva da obra do loteamento que é constituído por vinte e dois lotes, vinte e um para habitações familiares e um para equipamentos, que é para o lar que já lá existe. Informou ainda que dos vinte e dois lotes seis estão disponíveis para venda e um reservado para uma eventual troca com os terrenos à frente da associação da Loureira. Disse ainda que os lotes estão à venda, pela junta, pelo preço de cem euros (€100) por metro quadrado e que durante o último ano e meio não houve interessados na compra de qualquer lote. Disse ainda que o executivo entende que a crise imobiliária que os país atravessa há alguns anos, associado à crise financeira internacional, às bolhas imobiliárias que se geraram e a assistência financeira ao nosso país, entre outros, levou ao ajustamento generalizado do preço do mercado de imóveis, assim sendo, os preços de venda dos imóveis em Portugal estão cada vez mais ajustados à realidade do mercado, pelo que, o executivo solicita aos membros da assembleia a discussão deste assunto para uma eventual descida de preços, para que haja um ajustamento dos



preços ao mercado e promover uma melhoria da venda dos lotes, para rentabilizar o investimento já efetuado.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra aos membros da assembleia para intervir acerca deste assunto, usando da palavra o membro **Joaquim Pinheiro** para dizer que ficou perplexo porque, pela primeira vez, numa assembleia, existe um ponto da ordem do dia que não tem verbete e que à semelhança de quem está a assistir, também ele está a ouvir aquele assunto pela primeira vez e que veio para aquela sessão sem fazer a menor ideia do que o executivo queria falar sobre o loteamento da Fazarga. Por isso, recusar-se-á a votar, salvo motivo da força maior. Disse que "*estava ali o mealheiro da freguesia*" e perguntou ao executivo "*que proposta, que obra, que projeto a junta precisa de realizar para baixar os preços ali*". Disse ainda que a apresentação feita era muito vaga e que era muito irresponsável trazer um ponto daquela maneira e que denotava muita falta de trabalho. Interveio de seguida o **Presidente da Assembleia** para dizer que quando aceitou colocar na ordem de trabalhos o ponto, fê-lo com a convicção de que o executivo queria dar apenas esclarecimento acerca do loteamento e que o assunto apresentado daquela forma não tinha conteúdo para que a assembleia se pudesse pronunciar sobre ele, pelo que propôs ao executivo a elaboração de uma proposta sobre o loteamento da Fazarga, para apresentar na próxima assembleia de freguesia.

De imediato, o **Presidente da Assembleia** deu por concluído o período da ordem do dia, e apesar de não ter inscrições para as intervenções do público, no período depois da ordem do dia, perguntou se alguns dos presentes pretendia intervir, não existindo interessados.

Encerramento da Sessão

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia propôs que a próxima assembleia fosse realizada na Chainça, o que foi aceite dando de seguida por encerrada a sessão eram 22:40 horas, para constar e para os devidos efeitos se lavrou a presente ata.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia, na sessão ordinária de 29 de junho de 2015, deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia de Freguesia: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____